

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

PROCESSO Nº: 205803/25

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBAITI

Despacho - 1389/25 – GCILB

Despacho - 1743/25 - GCILB

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, já qualificado nos autos em epígrafe, por meio de seu procurador (procuração anexa), vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **RAZÕES DE CONTRADITÓRIO**, consoante o disposto no artigo 58 da Lei Orgânica nº 113/2005, em cumprimento aos Despacho – nº 1389/25 – GCILB (peça 17) e Despacho – nº 1743/25 – GCILB (peça 24), conforme segue, requerendo que, após análise das razões, a presente prestação de contas seja julgada regular sem ressalvas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme se verifica, o interessado foi devidamente intimado para apresentar as razões de contraditório através do Despacho - 1389/25 – GCILB (peça 17).

Contudo, foi solicitada a dilação de prazo pela petição protocolada na peça 22, a qual foi acatada pelo conselheiro relator, contando a prorrogação da publicação do Despacho - 1743/25 – GCILB (peça 24).

Dessa feita, conforme se verifica da certidão de prorrogação de prazo (peça 26), o prazo final para apresentar a defesa e os documentos encerra em 12/11/2025, mostrando-se, portanto, tempestiva a defesa.

2. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Tratam os autos da prestação de contas do Prefeito Municipal de IBAITI referente ao exercício de 2024. Nos termos da Instrução n.º 735/25 - CCONTAS (peça 07), esta

unidade opinou pela irregularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, em virtude do apontamento nos itens de análise “Encaminhamento da declaração de ciência do relatório anual de Controle Interno”, “Encaminhamento da Lei Municipal que institui o Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial” e “Pagamento de Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial na forma apurada no Laudo Atuarial”.

Também foi destacada a incidência do Veto 1 do Anexo II da Instrução Normativa n.º 172/22 na parte destinada à avaliação da atuação governamental, nas áreas de Administração Financeira e Previdência Social, conforme Tabela 46 daquela Instrução.

Por meio do Despacho n.º 1082/25 – GCILB (peça 8), foi assinalado prazo para manifestação do Município de Ibaiti a respeito dos apontamentos mencionados, incluindo ainda a área de Educação na parte da avaliação da atuação governamental.

O Município de Ibaiti respondeu o solicitado, sendo a conclusão da Coordenadoria de Contas pela regularidade das contas com ressalva (peça 14):

[...]

Ante o exposto, esta unidade técnica, alterando o posicionamento anterior, opina pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024. No que tange à avaliação da atuação governamental, a incidência do vetor “1” nas áreas de Administração Financeira e Previdência Social, ensejaria a aposição de ressalvas às contas, de acordo com a hipótese “A” do Anexo II da IN n.º 172/22. Em que pese o teor da peça 8, encaminham-se os autos ao Gabinete do Conselheiro Relator para verificar a viabilidade de citação também do gestor das contas do exercício de 2024, Sr. ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO.”

Diante dessa instrução, o interessado foi intimado para se manifestar quanto a ressalva aplicada na avaliação da atuação governamental, sobre a incidência do vetor “1” nas áreas de Administração Financeira e Previdência Social.

Desta feita, conforme será apresentado, a ressalva em questão deve ser convertida em regularidade, visto que não se passa de um mero erro formal do corpo técnico do Município de Ibaiti.

3. DA RESSALVA APLICADA NA AVALIAÇÃO GOVERNAMENTAL NAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDÊNCIA SOCIAL. ERRO FORMAL. CORPO TÉCNICO.

Conforme se verifica da Instrução - 1258/25 – CCONTAS (peça 14), “no que tange à avaliação da atuação governamental, a incidência do vetor “1” nas áreas de Administração Financeira e Previdência Social, ensejaria a aposição de ressalvas às contas, de acordo com a hipótese “A” do Anexo II da IN n.º 172/22.”

Contudo, alguns fatos devem ser esclarecidos, para o melhor julgamento da prestação de contas.

O motivo pela nota abaixo do esperado se justifica pelo erro formal cometido pelo corpo técnico da prefeitura de Ibaiti, visto que os responsáveis não se atentaram a responder o questionário conforme determina a Instrução Normativa nº 172/22.

Contudo, em que pese a nota baixa, verifica-se que o Município de Ibaiti cumpriu com todos os requisitos para a boa e regular aplicação dos valores tanto na área financeira quanto na previdência social.

Os quadros abaixo justificam o erro formal cometido pelo corpo técnico:

Voltar		Você está visualizando os resultados da área da Administração Financeira sobre Elaboração do planejamento orçamentário.	
No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.		Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.	
Manuais para elaboração dos inst. orçamentários	0,00	0,00	
Nota		Variação ano anterior	
Participação da sociedade na elaboração do orçam.	10,00	4,00	
Nota		Variação ano anterior	
Previsão de receitas e fixação de despesas	0,00	-3,30	
Nota		Variação ano anterior	
Item do Questionário		Grau Atend.	
Ibaiti			
14442. O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o seu Plano Plurianual?		0,00	
14444. O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração do PPA?		0,00	
14446. O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada sua Lei Orçamentária Anual?		0,00	
14448. O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração da LOA?		0,00	
14450. O Município realizou debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual que foram propostas no ano atual e irão entrar em vigor no ano seguinte?		10,00	
14452. O Município realizou a transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual que foram propostas no ano atual e irão entrar em vigor no ano seguinte?		10,00	
14454. Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual vigente estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?		10,00	
14455. Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual vigente estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde?		10,00	
14456. Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual vigente estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?		10,00	
14457. A previsão das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é estimada a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal?		0,00	
14459. A previsão das receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município é estimada a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?		0,00	
14461. A previsão das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculada a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município?		0,00	
14463. A previsão das receitas provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é calculada a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e do valor anual por aluno (VAAF)?		0,00	
14465. A fixação das rubricas das despesas com pessoal é realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos?		0,00	
14467. As dotações orçamentárias previstas originalmente na Lei Orçamentária Anual vigente possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória?		0,00	

Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Administração Financeira sobre Revisão do planejamento orçamentário.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Manuais para revisão e mon. dos inst. orçamentários	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior
Ações de revisão e mon. dos inst. orçamentários	
0,00	-6,70
Nota	Variação ano anterior
Acompanhamento da execução dos inst. orçament.	
5,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas aos interlocutores do Município. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
Ibaiti	
14468. O Município possui <u>manual próprio</u> que estabeleça a forma como devem ocorrer as revisões de seu Plano Plurianual?	0,00
14470. O Município disponibiliza em seu site o <u>manual</u> de revisão do PPA?	0,00
14472. O Município possui <u>manual próprio</u> que estabeleça a forma como devem ocorrer os monitoramentos do Plano Plurianual?	0,00
14474. O Município disponibiliza em seu site o <u>manual</u> de monitoramento do PPA?	0,00
14476. O Município possui <u>manual próprio</u> que estabeleça os procedimentos para a modificação do orçamento?	0,00
14478. O Município possui designação formal de instância (ou equipe) responsável pela revisão e monitoramento dos programas estabelecidos pelo Plano Plurianual 2022-2025?	0,00
14480. O Município elabora relatório de monitoramento de seu Plano Plurianual?	0,00
14482. Os relatórios de monitoramento do PPA são divulgados no site do Município?	0,00
14484. O Município realiza audiência públicas com o objetivo de divulgar a execução dos programas estabelecidos em seu orçamento?	10,00
14485. As audiências públicas realizadas para a divulgação da execução dos programas do orçamento são transmitidas na internet?	10,00
14487. O Município possui ferramenta de Business Intelligence (BI) que permita o acompanhamento do atingimento dos programas, ações e metas estabelecidas pelo Plano Plurianual?	0,00
14489. O Município possui ferramenta de Business Intelligence (BI) que permita o acompanhamento da realização das receitas e despesas?	0,00

TCEPR

PROGOV

Avaliação da Atuação Governamental
Ibaiti - Administração Financeira - 2024

Última atualização em
01/10/2025 04:30:02



Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Administração Financeira sobre Execução da despesa orçamentária.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Processo de empenho das despesas	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior
Processo de liquidação das despesas	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior
Processo de pagamento das despesas	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas aos interlocutores do Município. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
Ibaiti	
14493. O Município possui <u>normatizada</u> exigência de que os procedimentos de solicitação de empenho de despesas sejam feitos por meio de processos digitais?	0,00
14494. O Município possui <u>normatizada</u> a documentação necessária para os procedimentos de solicitação de empenho de despesas?	0,00
14495. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o procedimento de empenhamento da despesa define os responsáveis por cada etapa?	0,00
14496. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o procedimento de empenhamento da despesa possui diagrama (fluxograma)?	0,00
14497. Para despesas contratuais ou outras despesas de valor determinado sujeitas a parcelamento, o Município realiza empenhos globais relativos ao valor total que será gasto no ano?	0,00
14498. Para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, o Município realiza empenhos por estimativa relativos ao valor total que será gasto no ano?	0,00
14501. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o procedimento de liquidação da despesa prevê que o arquivamento dos documentos correspondentes sejam feitos por meio de processos digitais?	0,00
14502. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o procedimento de liquidação da despesa prevê a documentação necessária de todos os tipos de despesas (prestações de serviços, aquisições de bens, obras e serviços de engenharia etc.)?	0,00
14503. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o procedimento de liquidação da despesa define os responsáveis por cada etapa do processo?	0,00
14504. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o procedimento de liquidação da despesa possui diagrama(s) (fluxograma)?	0,00
14505. O Município possui diagrama(s) (fluxograma), aprovado(s) <u>por normativa(s)</u> local(is), dos processos de trabalho de liquidação de despesas de adiantamentos e diárias?	0,00
14508. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o pagamento das despesas define a documentação necessária para todos os tipos de despesas (prestações de serviços, aquisições de bens, obras e serviços de engenharia etc.)?	0,00
14509. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o pagamento das despesas prevê que, previamente a emissão de ordens de pagamentos, o setor de contabilidade faça a conferência dos documentos que atestam o recebimento do bem ou da prestação de serviços, bem como, no caso de despesas contratuais, dos demais documentos previstos no instrumento?	0,00
14510. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o pagamento das despesas prevê prazo máximo para o pagamento de despesas já liquidadas?	0,00
14511. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o procedimento de pagamento da despesa define os responsáveis por cada etapa do processo?	0,00
14512. O <u>ato normativo</u> que regulamenta o procedimento de pagamento da despesa possui diagrama(s) (fluxograma)?	0,00
14513. O Município possui <u>ato normativo</u> que regulamente a ordem cronológica de pagamento das exigibilidades?	0,00

Os resultados apresentados neste relatório foram baseados exclusivamente em informações declaratórias fornecidas por agentes públicos municipais.

Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Administração Financeira sobre Obrigações financeiras.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Processos de inscrição e cancel. de restos a pagar

4,30

Nota

0,30

Varição ano anterior

Gestão de dívida

4,30

Nota

-2,40

Varição ano anterior

Gestão de riscos fiscais

0,00

Nota

0,00

Varição ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
14515. O Município disponibiliza em seu site informações atualizadas sobre a posição dos Restos a Pagar (histórico do estoque, volume por ano de empenho, estoque por função da despesa etc.)?	10,00
14519. A normativa que dispõe sobre os restos a pagar (RAP) prevê a unidade ou o responsável por autorizar a inscrição de despesas em RAP?	0,00
14520. A normativa que dispõe sobre os restos a pagar (RAP) prevê a exigência de que, para a inscrição de despesas em RAP, as unidades orçamentárias executoras da despesa efetuem pedido de inscrição acompanhado de justificativa?	0,00
14521. A normativa que dispõe sobre os restos a pagar (RAP) prevê prazo máximo, sob pena de bloqueio ou cancelamento, para a liquidação de despesas empenhadas e não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados (RPNP)?	0,00
14522. O Município avalia, em cada exercício financeiro, os restos a pagar inscritos, com o objetivo de cancelar aqueles cuja liquidação não mais acontecerá?	10,00
14523. O Município avalia, em cada exercício financeiro, os restos a pagar inscritos, com o objetivo de cancelar aqueles que sofreram prescrição?	10,00
14524. Em caso de cancelamento de restos a pagar processados, o Município realiza previamente processo administrativo?	0,00
14526. O Município disponibiliza em seu site informações atualizadas sobre sua dívida?	10,00
14527. O Município disponibiliza em seu site informações atualizadas do histórico do volume da dívida consolidada, pelo menos dos últimos 5 (cinco) anos?	0,00
14529. O Município disponibiliza em seu site informações atualizadas sobre as operações de créditos realizadas no período, pelo menos dos últimos 5 (cinco) anos, se houver?	0,00
14531. O Município disponibiliza em seu site informações atualizadas sobre o estoque de precatórios, inclusive requisições de pequeno valor?	0,00
14533. O Município possui documentado estudo ou avaliação, realizada pelo menos nos últimos 02 (dois) anos, com recomendação de ações que visem reduzir as taxas de juros e encargos da dívida incidentes sobre suas dívidas?	0,00
14536. O Município efetua o reconhecimento contábil das provisões matemáticas previdenciárias no seu Balanço Patrimonial?	10,00
14537. A provisão matemática previdenciária reconhecida no Balanço Patrimonial incorporou o mesmo resultado atuarial apurado no cálculo atuarial mais recente?	10,00
14538. O Município disponibiliza em seu site informações atualizadas dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais contra o Município?	0,00
14540. O Município efetua o reconhecimento contábil dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais no seu Balanço Patrimonial?	0,00
14541. O Município possui ato normativo que estabeleça critérios para classificação dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais, com o objetivo de subsidiar o registro contábil?	0,00
14542. A classificação da probabilidade de ocorrência dos riscos fiscais de acordo com os critérios definidos no ato normativo local é realizada pelo órgão responsável pela representação judicial ou extrajudicial do Município?	0,00

Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Administração Financeira sobre Dívida ativa.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Processos para cobrança da dívida ativa

7,50

Nota

-2,50

Varição ano anterior

Transparência e mensuração da dívida ativa

2,00

Nota

-2,00

Varição ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
14588. A legislação tributária municipal prevê o processo de notificação extrajudicial dos contribuintes inscritos em dívida ativa tributária, previamente à execução fiscal?	10,00
14589. O Município possui ato normativo que regulamente ao contribuinte a possibilidade parcelar os débitos fora da esfera judicial ou de protesto, em fase inicial de cobrança administrativa da dívida ativa?	10,00
14591. A legislação tributária prevê uma majoração na multa de mora nos débitos inscritos em dívida ativa ajuizados ou protestados?	0,00
14592. A legislação tributária prevê, quando da realização de um parcelamento da dívida ativa, uma entrada mínima do valor do débito?	0,00
14593. A legislação tributária prevê, quando efetuado um parcelamento do débito de dívida ativa, um número máximo de parcelas?	10,00
14594. A legislação tributária prevê, quando efetuado um parcelamento do débito de dívida ativa, um valor mínimo para cada parcela?	10,00
14595. O Município utiliza os serviços de órgãos de proteção ao crédito para cobrança dos débitos inscritos em dívida ativa na fase administrativa?	10,00
14596. A legislação tributária municipal prevê valor de alçada para o ajuizamento de execuções fiscais, ou seja, valor mínimo para seu ajuizamento?	10,00
14597. O Município divulga em seu site informações sobre a dívida ativa tributária, como o montante inscrito e arrecadado no período, bem como o estoque no seu encerramento, pelo menos uma vez por ano?	0,00
14599. O Município disponibiliza em seu site ferramenta que permita a busca dos devedores inscritos em dívida ativa, contendo, no mínimo, dados referentes ao nome do inscrito e o valor total da dívida?	10,00
14601. A possibilidade de parcelar os débitos antes da fase da esfera judicial ou de protesto pode ser realizada pelo site?	0,00
14603. O Município efetua o reconhecimento contábil de Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber (em conta redutora de seus ativos) em razão das prováveis perdas de ativos inscritos em dívida ativa?	0,00
14604. Para embasar os registros de Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber, o Município realiza estudos para mensurar adequadamente as prováveis perdas, com o objetivo de não superestimar e nem subavaliar seu patrimônio real?	0,00

[Voltar](#)

Você está visualizando os resultados da área da Administração Financeira sobre Arrecadação tributária.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Processo tributário	
Nota	4,30
	-1,40
	Variação ano anterior
Gestão do IPTU	
Nota	2,50
	-4,20
	Variação ano anterior
Gestão do ITBI	
Nota	0,00
	0,00
	Variação ano anterior
Gestão do ISS	
Nota	8,90
	0,00
	Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas aos interlocutores do Município. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
Ibaiti	
14543. O Município possui ato normativo que regulamenta o Processo Administrativo Tributário?	0,00
14545. No Município, o Processo Administrativo Tributário é eletrônico?	0,00
14546. O Município publicou em seu site ato consolidando a legislação tributária atualizada?	0,00
14548. O Município possui Conselho de Recursos Fiscais ou órgão equivalente?	0,00
14549. A Administração Tributária Municipal elabora Plano Anual de Fiscalização, em cada exercício?	10,00
14551. O Município permite a emissão de certidão (negativa ou positiva com efeitos de negativa) de débitos tributários e dívida ativa relativa a pessoas físicas e jurídicas, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	10,00
14553. O Município permite a emissão de certidão (negativa ou positiva com efeitos de negativa) de débitos tributários e dívida ativa relativa a imóveis, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	10,00
14555. A legislação tributária municipal regulamenta a progressividade da alíquota do IPTU com base no valor do imóvel?	0,00
14556. A legislação tributária municipal regulamenta a progressividade da alíquota do IPTU com base na localização do imóvel?	0,00
14557. A legislação tributária municipal regulamenta a progressividade da alíquota do IPTU com base na utilização	10,00

[Voltar](#)

Você está visualizando os resultados da área da Administração Financeira sobre Arrecadação tributária.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Processo tributário	
Nota	4,30
	-1,40
	Variação ano anterior
Gestão do IPTU	
Nota	2,50
	-4,20
	Variação ano anterior
Gestão do ITBI	
Nota	0,00
	0,00
	Variação ano anterior
Gestão do ISS	
Nota	8,90
	0,00
	Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
urbanística do imóvel?	
14558. A legislação tributária municipal prevê o índice de correção monetária a ser aplicável periodicamente aos valores previstos na planta genérica de valores dos imóveis?	10,00
14559. A legislação tributária municipal prevê a periodicidade da revisão dos valores da planta genérica de valores dos imóveis?	0,00
14560. O Município instituiu Planta Genérica de Valores (PGV), por intermédio de lei municipal, utilizada para apuração da base de cálculo do IPTU?	0,00
14561. O Município propôs a atualização da PGV dos imóveis nos últimos 04 (quatro) anos?	0,00
14562. O Município utiliza dados georeferenciados para a atualização da base cadastral dos imóveis?	0,00
14563. O Município realizou, no ano atual, ao menos um processo de fiscalização em relação a cobrança de IPTU?	0,00
14565. O Município possui processo instituído para utilizar as informações do setor de emissão de alvarás de construção e habite-se na atualização da base cadastral dos imóveis?	0,00
14566. O Município realizou, no ano atual, ao menos um processo de fiscalização, para fins de lançamento do IPTU, em relação a imóveis urbanisticamente não regulares dentro do perímetro urbano e/ou dentro das áreas de expansão urbana?	0,00
14567. O Município permite a emissão de guias de recolhimento de IPTU, pela internet e diretamente pelos	10,00

[Voltar](#)

Você está visualizando os resultados da área da Administração Financeira sobre Arrecadação tributária.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Processo tributário	
Nota	4,30
	-1,40
	Variação ano anterior
Gestão do IPTU	
Nota	2,50
	-4,20
	Variação ano anterior
Gestão do ITBI	
Nota	0,00
	0,00
	Variação ano anterior
Gestão do ISS	
Nota	8,90
	0,00
	Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
contribuintes?	
14569. O Município possui ato normativo que define o procedimento de avaliação do valor de mercado do imóvel para fins de ITBI?	0,00
14571. O Município possui ato normativo que define o processo administrativo de contestação do valor declarado pelo contribuinte para fins de ITBI?	0,00
14573. O Município permite a solicitação da emissão de guias de recolhimento de ITBI, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	0,00
14575. O município possui convênio ou instrumento similar com o(s) Cartório(s) de Registro de Imóveis, para que estes informem periodicamente as transmissões imobiliárias realizadas, com o intuito de subsidiar a cobrança do ITBI?	10,00
14576. O Município exige a utilização de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)?	10,00
14578. O Município realizou ao menos uma fiscalização do ISS visando detectar contribuintes que deixaram de emitir notas fiscais por determinado período ou apresentem queda acentuada em suas operações?	10,00
14580. O Município realiza periodicamente procedimentos fiscalizatórios nos valores de faturamento declarados pelas empresas optantes do simples nacional?	10,00
14581. O Município realiza periodicamente procedimentos fiscalizatórios nos valores declarados isentos pelas empresas optantes do simples nacional?	10,00
14582. O Município exige que as instituições financeiras e equiparadas prestem Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (DES-IF)?	10,00
14583. O Município realiza periodicamente procedimentos fiscalizatórios que comparem a movimentação econômica declarada pelas instituições financeiras por meio da DES-IF com a informada a outros órgãos, como ao Banco Central?	10,00
14584. O Município possui processos de trabalho que garantam o lançamento do ISS quando da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão de obras?	10,00
14585. O Município realiza todas suas comunicações, relativas ao ISS, através do domicílio eletrônico tributário?	0,00
14586. O Município permite a emissão de guias de recolhimento de ISS, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	10,00

Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Previdência sobre Regime de Previdência Complementar.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (Item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	
Nota	3,30 -3,40 Variação ano anterior

Implementação do RPC	
Nota	0,00 0,00 Variação ano anterior

Convênio de adesão com a entidade gestora	
Nota	0,00 0,00 Variação ano anterior

Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	
Nota	0,00 0,00 Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
Ibaiti	
13828. Para instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), o Município constituiu formalmente grupo de trabalho que tenha contado com a participação de representantes dos servidores e dos responsáveis pela gestão de pessoas e pelo planejamento da Prefeitura?	10,00
13829. Houve a aprovação e a publicação de lei municipal que instituiu o RPC no Município?	10,00
13831. Referida lei foi encaminhada via sistema GESCON - RPPS, até 31 de março de 2023?	0,00
13833. O Município implementou ou deu início ao processo de implementação do RPC, por meio de alguma das seguintes possibilidades: (I) adesão a plano de benefícios multipatrocinado em funcionamento em EFPC já existente; (II) criação de plano de benefícios em funcionamento em EFPC já existente; ou (III) criação de nova EFPC?	0,00
13841. O ente federativo adota medidas para a conscientização e a devida inclusão dos novos servidores no RPC, disponibilizando de forma permanente e tempestiva informações sobre sua proteção previdenciária?	0,00
13843. O Município firmou Convênio de Adesão com EFPC para que a entidade faça a gestão do plano de benefícios de seus servidores?	0,00
13845. O Convênio de Adesão firmado com a EFPC para gestão do plano de benefício foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)?	0,00
13847. Houve ingresso de servidor cuja remuneração do cargo efetivo seja superior ao limite máximo de benefícios do RGPS após a publicação da lei de instituição do regime de previdência complementar?	0,00
13848. Tal ingresso foi declarado em campo próprio do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR?	0,00
13849. O Município possui Comitê de Assessoramento da Previdência Complementar (CAPC), instituído em caráter permanente, por meio de ato normativo local?	0,00
13851. O CAPC realiza o acompanhamento do desempenho do RPC?	0,00
13852. O CAPC é composto de membros designados pelo Município e por servidores públicos participantes do RPC?	0,00
13853. Os membros do CAPC possuem formação superior completa e atendem aos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional definidos em regulamento pelo ente federativo?	0,00
13855. O CAPC acompanha a adesão dos novos servidores ao RPC?	0,00

Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Previdência sobre Órgãos de governança.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Categoria	Nota	Variação ano anterior
Conselho fiscal do RPPS	1,00	-0,10
Conselho deliberativo do RPPS	1,40	0,00
Comitê de investimentos do RPPS	3,30	-1,10

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas aos interlocutores do Município. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
Ibaiti	
13876. O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece as competências do conselho e de seus membros?	0,00
13877. O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece a duração do mandato Presidente e do Vice-Presidente do conselho?	0,00
13878. O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do órgão, como a periodicidade e o quórum das reuniões?	0,00
13879. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) possui composição paritária? (deve possuir o mesmo quantitativo de representantes da administração pública e de servidores ativos, inativos e pensionistas)	10,00
13880. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) divulga no site do RPPS calendário anual de reuniões?	0,00
13882. As atas das reuniões do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) são publicadas no site do RPPS?	0,00
13884. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) elabora parecer ao relatório de prestação de contas anual do RPP? (o parecer que o aprovar deve conter, obrigatoriamente, as áreas analisadas, os itens ressaltados e as recomendações de melhoria, se houver)	0,00
13886. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) opina conclusivamente sobre a regularidade dos repasses das contribuições normais?	0,00
13888. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) opina conclusivamente sobre a regularidade dos aportes para cobertura do déficit atuarial?	0,00
13890. A maioria dos membros titulares do Conselho Fiscal possui certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de suas funções?	0,00
13894. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece as competências do conselho e de seus membros?	0,00
13895. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece a duração do mandato do Presidente e do Vice-Presidente do conselho?	0,00

Conselho fiscal do RPPS	
1,00	-0,10
Nota	Variação ano anterior

Conselho deliberativo do RPPS	
1,40	0,00
Nota	Variação ano anterior

Comitê de investimentos do RPPS	
3,30	-1,10
Nota	Variação ano anterior

Item do Questionário	Grau Atend.
Presidente e do Vice-Presidente do conselho?	
13896. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do órgão como a periodicidade e o quórum das reuniões?	0,00
13897. O Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) possui composição paritária? (Deve possuir o mesmo quantitativo de representantes da administração pública e de servidores ativos, inativos e pensionistas)	10,00
13898. O Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) divulga no site do RPPS calendário anual de reuniões?	0,00
13900. As atas das reuniões do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) são publicadas no site do RPPS?	0,00
13902. A maioria dos membros titulares do Conselho deliberativo possui certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de suas funções?	0,00
13906. O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece as competências do comitê e de seus membros?	0,00
13907. O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece a duração do mandato do Presidente do comitê?	0,00
13908. O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do comitê, como a periodicidade e o quórum das reuniões?	0,00
13909. Os membros do Comitê de Investimentos são todos servidores ativos (efetivos), inativos ou pensionistas do Município ou do RPPS?	10,00
13910. O Comitê de Investimentos divulga no site do RPPS calendário anual de reuniões?	0,00
13912. As atas das reuniões do Comitê de Investimentos são publicadas no site do RPPS?	0,00
13914. Há processo destinado à certificação do responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS e dos membros titulares do comitê de investimentos previamente ao exercício dessas funções?	0,00
13916. O atual responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS e os membros titulares do comitê de investimentos possuem certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de suas funções?	10,00
13918. O RPPS apresenta adequada motivação no processo decisório de alocação de recursos, contendo análise criteriosa das características, aderência do regulamento e carteira dos fundos de investimentos à legislação aplicável e adequação aos objetivos do RPPS antes de realizar suas aplicações de recursos?	10,00

 Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Previdência sobre Transparência e processos de trabalho.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Relatórios de governança corporativa	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

Processos de concessão e revisão de benefícios	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

Processos de investimentos	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

Processos de controle de repasses de recursos	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário	Grau Atend.
Ibaiti	
13922. O Relatório de Governança Corporativa anual apresenta informações a respeito da gestão de investimentos do RPPS, como descrição dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos?	0,00
13923. O Relatório de Governança Corporativa anual apresenta informações a respeito da situação atuarial do RPPS, como o custo previdenciário total; a evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício; a evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio?	0,00
13924. O Relatório de Governança Corporativa anual apresenta informações de receitas e despesas do RPPS; o resumo das folhas de pagamentos e demais despesas; valor da arrecadação de contribuições e outras receitas?	0,00
13925. O Relatório de Governança Corporativa anual apresenta informações gerais sobre os servidores públicos ativos e inativos do RPPS, como o quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas?	0,00
13926. O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria voluntária está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13928. O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria por incapacidade permanente está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13930. O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria compulsória está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13932. O processo de trabalho relativo à revisão de aposentadoria solicitada por beneficiário está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13934. O processo de trabalho relativo à revisão de pensão solicitada por beneficiário está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13936. O processo de trabalho relativo à concessão de pensão por morte está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13938. O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria especial do servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13940. O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria especial do titular do cargo de professor com ao menos 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13942. O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria especial do servidor com deficiência está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13944. Há segregação de funções no processo de concessão e revisão de benefícios?	0,00
13945. Há segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios?	0,00
13947. O processo de trabalho relativo à elaboração e aprovação da política de investimentos está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13949. O processo de trabalho relativo ao credenciamento de instituições financeiras ofertantes de produtos financeiros está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13951. O processo de trabalho relativo à autorização para aplicação ou resgate (APR) de investimentos está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13953. Há segregação de funções no processo de investimentos?	0,00
13955. O processo de trabalho relativo ao controle de repasse de contribuições normais está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13957. O processo de trabalho relativo ao controle de repasse de contribuições normais inclui a verificação (integral ou por amostragem) do cálculo das contribuições devidas e das recolhidas de cada servidor?	0,00
13958. O processo de trabalho relativo ao controle de repasse de aportes para cobertura do déficit atuarial está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00
13960. O processo de trabalho referente ao recolhimento das contribuições dos segurados cedidos, afastados e licenciados está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	0,00

Nota	Variação ano anterior
------	-----------------------

Processos de concessão e revisão de benefícios	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

Processos de investimentos	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

Processos de controle de repasses de recursos	
0,00	0,00
Nota	Variação ano anterior

TCEPR

PROGOV

Avaliação da Atuação Governamental

Ibaiti - Previdência - 2024

Última atualização em 01/10/2025 04:30:02

Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Previdência sobre Investimentos.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Política de investim. e órgãos de governança do RPPS

10,00

0,00

Nota

Variação ano anterior

Transparência da área de investimentos do RPPS

4,00

-3,50

Nota

Variação ano anterior

Imóveis em que o RPPS investe

(Em branco)

Nota

Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário

Grau Atend.

Ibaiti

13962. A Política de Investimentos do RPPS é elaborada ou revisada pelo Comitê de Investimentos?

10,00

13963. A Política de Investimentos do RPPS é aprovada pelo Conselho Deliberativo ou órgão equivalente?

10,00

13964. O RPPS publica em seu site a Política de Investimentos do RPPS?

10,00

13966. A política de investimentos do RPPS do exercício vigente foi aprovada até 31 de dezembro do exercício

10,00

13968. O RPPS publica em seu site relatório sobre o resultado mensal dos investimentos? (os relatórios devem conter informações sobre distribuição da carteira; retorno da carteira por ativo; rentabilidade e análise do risco da carteira)

0,00

13970. O RPPS publica em seu site a documentação referente a seleção de fundos de investimentos?

0,00

13972. O RPPS publica em seu site as Autorizações de Aplicação e Resgate (APR)?

0,00

13974. O RPPS publica em seu site regulamento do credenciamento de instituições financeiras?

10,00

13976. O RPPS publica em seu site lista de instituições financeiras credenciadas?

10,00

TCEPR

PROGOV

Avaliação da Atuação Governamental

Ibaiti - Previdência - 2024

Última atualização em 01/10/2025 04:30:02

Voltar

Você está visualizando os resultados da área da Previdência sobre Gestão atuarial e arrecadação.

No menu abaixo você poderá selecionar a categoria (item de verificação) para filtrar os itens de questionários vinculados.

Elaboração do laudo atuarial

5,00

Nota

-1,70

Variação ano anterior

Plano de amortização do déficit atuarial

5,70

Nota

Variação ano anterior

Repasses de recursos do RPPS

10,00

Nota

0,00

Variação ano anterior

Abaixo você poderá visualizar o grau de atendimento (em escala de 0 a 10) de cada uma das respostas direcionadas aos interlocutores do Município. Ao clicar no "+", é possível consultar o detalhamento das respostas por entidade.

Item do Questionário

Grau Atend.

Ibaiti

13982. O RPPS possui ato normativo vigente que regulamente o recenseamento (recadastramento) dos servidores inativos e pensionistas?

10,00

13984. O RPPS realiza recenseamento previdenciário, que inclua prova de vida, para atualizar os dados cadastrais de aposentados e pensionistas, pelo menos a cada 02 (dois) anos?

10,00

13986. O ente federativo realiza recenseamento previdenciário para atualizar os dados cadastrais de servidores ativos, pelo menos a cada 05 (cinco) anos?

10,00

13988. O RPPS realiza estudo técnico de aderência das hipóteses utilizadas na elaboração das avaliações atuariais do RPPS, pelo menos a cada 04 (quatro) anos?

0,00

13990. O RPPS publica em seu site os relatórios de avaliação atuarial (laudos atuariais)?

0,00

13992. O ente federativo possui ato normativo vigente que regulamente o recenseamento (recadastramento) dos servidores ativos?

0,00

13994. Os Planos de Amortização do Déficit Atuarial são aprovados por lei municipal?

0,00

13996. Os Planos de Amortização do Déficit Atuarial estão de acordo com os planos propostos no Relatório de Avaliação Atuarial?

10,00

13997. Os Planos de Amortização do Déficit Atuarial implementados em Lei respeitam os prazos máximos previstos na legislação (35 anos ou o resultado obtido a partir da aplicação do previsto nos incisos II e III do art. 43 da Portaria MPT nº 1.467, de 2022)?

10,00

13998. As revisões dos Planos de Amortização do Déficit Atuarial (quando verificada sua necessidade pelo Município) são realizadas mediante aprovação de nova lei municipal?

0,00

13999. O RPPS elabora estudo de viabilidade financeira, orçamentária e fiscal do Plano de Custeio do RPPS?

0,00

14001. O estudo de viabilidade financeira, orçamentária e fiscal do Plano de Custeio do RPPS demonstra que o Poder Executivo manterá suas despesas com pessoal abaixo do limite prudencial*, durante toda a duração do Plano de

10,00

Verifica-se que a ausência de nota nos campos apontados não passam de um mero erro formal, visto que o município cumpriu com todas as determinações, bem como atingiu todos os objetivos administrativos e financeiros.

Analisando os dados das contas do exercício financeiro de 2025, verifica-se que não existem pendências na área financeira ou da previdência social, motivo pelo qual, os apontamentos realizados na PCA/24, não passam de um mero erro formal, não gerando nenhum prejuízo para a gestão seguinte ou para análise de dados realizadas por esta Casa de Contas.

Por fim, com o advento da Lei nº 13.655/2018, que alterou a LINDB (Decreto-Lei nº 4657/1942), foram incluídos os artigos 22 e 28, que devem ser observados:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, **serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.**

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro

Com isso, nas decisões tomadas por órgãos de controle, como no caso do Tribunal de Contas, **as consequências práticas devem ser consideradas, não podendo tomar como base apenas valores jurídicos abstratos:**

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655/2018)

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (grifo nosso).

Portanto, a ressalva apontada deve ser convertida em determinação para que o corpo técnico do município de Ibaiti se atente aos prazos e ao cumprimento das determinações feitas na Instrução Normativa nº 172/22 desta Corte de Contas.

4. REQUERIMENTOS

Diante dos fatos e justificativas apresentadas, requer-se, respeitosamente, o recebimento das razões de contraditório, para ao final a presente prestação de contas do prefeito municipal, relativa ao exercício financeiro de 2024 do Município de Ibaiti, seja julgada regular com a sugestão da conversão da ressalva em determinação para que o corpo técnico do município siga as orientações da Instrução Normativa nº 172/22.

Nestes termos, pede deferimento.
Curitiba/PR, 12 de novembro de 2025.

VITOR EDUARDO HENRICHS
OAB/PR 106.119